



Direito internacional e direito interno: análise no ordenamento jurídico angolano

International law and domestic law: analysis of the Angolan legal system

João A. Francisco *

REFERÊNCIA

FRANCISCO, João A. Direito Internacional e Direito Interno: análise no ordenamento jurídico angolano. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, Porto Alegre, n. 47, p. 21-45, dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.22456/0104-6594.121034>.

RESUMO

O presente artigo é uma reflexão sobre a relação entre o Direito Internacional e o Direito Interno, no ordenamento jurídico angolano. A base deste é o artigo 13 da Constituição da República de Angola. Na verdade, a relação destes sectores, no cômputo geral do direito não é amistosa em alguns ordenamentos jurídicos de vários países, mormente no que tange à hierarquia normativa, e particularmente nos casos de conflitos normativos. No caso de Angola, o legislador parece salvaguardar este aspecto através da incorporação das normas do Direito Internacional. Entretanto, nalguns casos o legislador não oferece uma solução definitiva do assunto, o que deixa em aberto a discussão (análise e interpretação). Neste contexto, o presente artigo pretende trazer à luz, as diversas posturas (posições) apresentadas pela doutrina (constitucionalista e internacionalista), e pela jurisprudência internacional. Entretanto, é evidente que actualmente não se conhece alguma constituição moderna que expressamente recuse o valor e vigência na ordem interna do Direito Internacional.

PALAVRAS-CHAVE

Direito Internacional. Direito Interno. Monismo. Dualismo. Convenções e tratados internacionais.

ABSTRACT

The present article is a reflection on the relationship between International Law and Domestic Law in the Angolan legal system. It is based on Article 13 of the Constitution of the Republic of Angola. In fact, the relationship between these sectors in the overall balance of law is not friendly in some legal systems of various countries, especially regarding the hierarchy of norms and in cases of conflicts of norms. In the case of Angola, the legislator seems to safeguard these aspects by incorporating the norms of International Law. However, in some cases the legislator does not offer a definitive solution of the matter, which leaves the discussion (analysis and interpretation) open. In this context, the present article intends to bring to light, the various postures (positions) presented by doctrine (constitutionalist and internationalist), and by international jurisprudence. However, at present there is no known modern constitution that expressly refuses the validity in the internal order of International Law.

KEYWORDS

International Law. Domestic Law. Monism. Dualism. International Conventions and Treaties.

SUMÁRIO

1. Introdução. 2. Problemática. 3. Perspectivas doutrinárias. 3.1 Críticas 3.1.1 Críticas à Teoria Dualista. 3.1.2 Críticas à Teoria Monista. 3.2 Posição adoptada 4. Prática Internacional. 5. Recepção no ordenamento jurídico angolano. 6. Conclusões. Referências. Dados da publicação.

* Jurista e Professor universitário. Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica de Angola e Mestre e Doutor em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Valência, Reino de Espanha. Linha de investigação: Direito Internacional, Direitos Humanos, Paz, Desenvolvimento Sustentável e Direitos Fundamentais em África. Investigador no Centro de Direitos Humanos e Cidadania da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Angola. Professor de Direito Internacional Público.





1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é uma reflexão sobre a relação entre o Direito Internacional e o Direito Interno, no ordenamento jurídico angolano. A base deste é o artigo 13 da Constituição da República de Angola.

Na verdade, a relação destes sectores no cômputo geral do direito não é amistosa em alguns ordenamentos jurídicos de vários países, mormente no que tange à hierarquia normativa e nos casos de conflitos normativos. No caso de Angola, o legislador parece salvaguardar estes aspectos através da incorporação das normas do Direito Internacional. Entretanto, nalguns casos o legislador não oferece uma solução definitiva do assunto, o que deixa em aberto a discussão (análise e interpretação).

Neste contexto, o presente artigo pretende trazer à luz, as diversas posturas (posições) apresentadas pela doutrina (constitucionalista e internacionalista), e pela jurisprudência internacional. Entretanto, é evidente que atualmente não se conhece alguma constituição moderna que expressamente recuse a vigência na ordem interna do Direito Internacional.

2 PROBLEMÁTICA

O sistema internacional contemporâneo é dominado por Estados soberanos. Estes estabeleceram, as regras, as normas, instituições e práticas para regular as suas interações com os outros membros do sistema. São exemplos destas instituições as organizações internacionais, regionais e intergovernamentais como as Nações Unidas, União Europeia, União Africana, Organização dos Estados Americanos, que desempenha um papel relevante no que diz respeito aos tratados, acordos e normas que compõem o Direito Internacional.

O Direito Internacional nas quatro últimas décadas teve um grande desenvolvimento em termos de produção normativa, doutrinal e jurisprudencial. O marco referencial está na criação da Tribunal Permanente de Justiça Internacional¹ (1921), do Tribunal Internacional de Justiça²

¹ Foi estabelecido com base ao artigo 14 do Pacto da Sociedade das Nações (1919) segundo qual o Conselho formularia e submeteria para adoção projetos para o estabelecimento da Tribunal Permanente de Justiça Internacional, com competência para atender e resolver toda divergência de carácter internacional que fosse submetida pelas partes. Emitir opiniões consultivas sobre todo diferendo ou questão que lhe fosse submetida pelo Conselho ou pela Assembleia. SOCIÉTÉ DES NATIONS. *Pacte de la Société des Nations*. Fevereiro, 1920. Disponível em: <<https://www.ungeneva.org/en/covenant-lon>>.

² Foi criado em junho de 1945, pela Carta das Nações Unidas, e começou a trabalhar em abril de 1946. A sede do Tribunal de Justiça é no Palácio da Paz em Haia (Países Baixos). Criado ao abrigo do artigo 92 da Carta da Nações Unidas.





(1945), do Tribunal Penal Internacional³ (1998) e dos Tribunais Ad-hoc⁴ (Nuremberg⁵, Tokio⁶, Ruanda⁷ e Ex-Iugoslavia⁸) e, posteriormente dos vários Tribunais Regionais, e Tribunais Especiais destacadamente o Tribunal de Justiça da União Europeia (1950) e o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH-1957), a Corte Interamericana dos Direitos Humanos (CIADH -1969), o Tribunal Africano dos Direitos Humanos⁹ (TADH-2004), o Tribunal da SADC (2000), Tribunal de Justiça Andino (1979). Estes órgãos jurisdicionais têm realizado um labor enorme na efetivação e aplicação do Direito Internacional ou das normas internacionais na sociedade contemporânea.

Os tribunais em referência são hoje os pilares para a resolução de vários diferendos entre os distintos sujeitos de Direito Internacional, incluindo emissão de pareceres e opiniões consultivas quando solicitados pelos Estados, Organizações Internacionais e regionais, bem como para os indivíduos.

Neste contexto, é legítimo levantar as seguintes questões¹⁰: O Direito Internacional está dotado de juridicidade para os Estados? Ou ainda, o Direito Internacional é susceptível de criar direitos e de impor obrigações aos Estados? Em caso afirmativo, qual deles prevaleceria ou teria primazia, o Direito Internacional ou o Direito Interno? Quais seriam as consequências para o Direito Estadual?

Nos cânones do Direito Internacional clássico, as teorias jurídicas, incidiram precisamente na defesa dos ordenamentos nacionais ou estaduais, fundamentada na teoria da

³ Foi criado em 17 de julho de 1998, na conferência de Roma, por 120 votos favoráveis, 7 contra (China, EUA, Filipinas, Índia, Israel, Sri Lanka e Turquia) e 21 abstenções. No dia 1 de julho de 2002, 122 Estados haviam ratificado.

⁴ Tribunais criados por resolução do Conselho de Segurança da ONU em 1993 e 1994, com o fundamento no capítulo VII da Carta das Nações Unidas.

⁵ Tribunal Militar Penal, vigorou entre 20 de novembro de 1945 a 1º de outubro de 1946, foi estabelecido pela Carta de Londres, contra 24 dos principais altos dirigentes do Governo Nazista capturados.

⁶ O Tribunal foi constituído em 3 de Agosto de 1946 em Tóquio, e dissolvido em 12 de Novembro de 1948. O processo aplicou-se à hierarquia residente no Japão, tendo sido realizado juízos *ad hoc* em lugares diferente da Ásia, contra indivíduos particulares (membros do exército e da Administração Japonesa no Geral).

⁷ Este Tribunal até Dezembro de 2013, proferiu sentenças relativas a 75 casos, dos quais 12 foram absolvidos, 16 em apelação, 2 absolvidos, 2 morreram ao longo do processo, 9 foragidos, 24 em andamento – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança. *Resolução nº 935, de Julho de 1994*.

⁸ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança. *Resolução nº 827, de 25 de Maio de 1993*.

⁹ O Tribunal foi criado ao abrigo do artigo 1º do Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e do Povos, relativo a criação do Tribunal Africano dos Direitos Humanos em Junho em 1998. O Protocolo entrara em vigor no dia 25 de Janeiro de 2004, após ratificação por mais de 15 países – TRIBUNAL AFRICANO DOS DIREITOS DO HOMEM E DOS POVOS. *Protocolo relativo à carta africana dos direitos do homem e dos povos sobre a criação de um Tribunal Africano dos Direitos do Homem e dos Povos*. 1998. Disponível em: <<https://www.african-court.org/wpafc/documentos-basicos/?lang=pt-pt>>.

¹⁰ Segundo alguns autores, a problemática remonta ao aforismo: “Internacional Law is part of the law of the land”. Dickison *apud* RANGEL, Vicente M. Os conflitos entre o direito interno e os tratados internacionais. *Revista da Faculdade de Direito*, Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 62, n. 2, p. 81–134, 1967, p. 83.





soberania¹¹ absoluta do Estado¹², isto é, o Estado é primeiro e verdadeiro sujeito de Direito Internacional, e sua vinculação centra-se na sua vontade unilateral. Por outras palavras, a subjetividade internacional está reservada ao Estado.

Já na segunda metade do século XX, particularmente com o pós-guerra, introduz-se uma nova perspectiva, fruto da entrada em vigor de várias convenções ou tratados internacionais multilaterais. Merece destaque a Carta das Nações Unidas (1945) a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e seus Protocolos Internacionais relativos aos Direitos Cíveis e Políticos, assim como aos Económicos, Sociais e Culturais (1966). Juntam-se também os trabalhos do Tribunal Internacional de Justiça, do Tribunal Penal Internacional, do Tribunal Europeu de Direitos Humanos, entre outros.

Neste contexto, passou a prevalecer a prática de dar primazia ao Direito Internacional em detrimento do Direito Estadual, uma vez que os Estados passaram a recorrer, em última instância, aos Tribunais internacionais e regionais para resolver diferendos entre Estados. Verhoeven sustenta que os Estados ao agirem em conformidade com os preceitos do Direito Internacional, têm a consciência que as suas normas não esgotam toda a normatividade¹³. A mesma autora acrescenta ainda, que apesar de as normas de Direito Internacional serem frequentemente violadas pelos Estados isto não se constitui em razão suficiente para negar a juridicidade deste.

Esta visão, também descrita como teoria dualista, pode ser resumida no aforismo da escola anglo-saxónica, “International Law is part of the law of the Land,” ou seja, o Direito Internacional é parte do Direito Interno.

¹¹ Marcelo Caetano, afirma: “a soberania é uma forma do poder político, corresponde à sua plenitude; é um poder político supremo independente” (CAETANO, Marcello. *Curso de ciência política e direito constitucional*. 3. ed. v. I. Coimbra: Coimbra Editora, 1959. p. 116).

¹² Jean Bodin define a “soberania como aquele poder absoluto e perpetuo que é o próprio do Estado”, poder que consiste essencialmente em “dar e anular leis” e ao qual todos os súbditos estão subordinados. Já no Direito Internacional, a soberania é a expressão de independência do Estado e estabelece em seu benefício uma presunção de competências. V.g. *No caso das Ilhas Palmas*, o árbitro Max Hubert declarou no *dictum* célebre: “A soberania nas relações entre Estados significa a independência” (TOUSCOZ, Jean. *Direito Internacional*. Tradução de Nuno Canas Mendes. Sintra: Publicações Europa-América, 1993. p. 64–69).

¹³ VERHOEVEN, Joe. *Droit international public*. Bruxelles: Larcier, 2000. p. 21–24.





3 PERSPECTIVAS DOUTRINÁRIAS

Em relação aos debates em torno da relação entre o Direito Internacional e o Direito Interno, a doutrina apresenta duas perspectivas distintas¹⁴.

A primeira é o postulado da teoria dualista¹⁵. Esta perspectiva tem origem alemã e Italiana e entre os seus proponentes perfilham eminentes pensadores como Laband, Triepel, Buzzati, Anzillotti. Perfilharam Strupp, Heilborn, Wolgast, Drost, Harsxhek, Liszt, Walz, Donati, Diena, Cavaglieri, Gemma, Santi Romano, Fedozzi, Perassi, Bosco, Ottolenghi, Sereni, Morelli, Balladore Pallieri, Ago, Redslob, Oppenheim, Schwarzenberger, Ross, Orue, Machado Villela, entre outros.

A teoria dualista fundamenta-se na cisão ou separação rigorosa entre a ordem jurídica interna e a internacional a tal ponto que se nega a possibilidade de conflito entre ambas. Como consequência desta separação, resulta: (i) a validade de normas internas contrárias ao Direito das Gentes; (ii) a impossibilidade de que uma ordem jurídica possa determinar a validade das normas de outra ordem; (iii) a inadmissibilidade de obrigatoriedade da norma internacional no Direito Interno (Estadual); (iv) a necessidade de transformação da norma internacional para integrar-se no Direito Interno; e (v) a incoerência de primazia de uma ordem sobre outra, por constituírem “dois círculos que estão em contacto íntimo mas que não se sobrepõem jamais. Contudo, há uma separação nítida entre o Estado e a ordem jurídica internacional. Por outro lado, é o Estado o *prius* lógico do Direito Internacional, de modo que aquele não está para este, senão, ao contrário, “o Direito internacional está para o Estado”¹⁶.

A teoria monista surgiu em reação à escola dualista, postulando que a ordem jurídica interna e a internacional são componentes de um sistema único, que se escalona segundo um critério hierárquico e que obedece à um processo de distribuição de competências disciplinadas pelo Direito das Gentes. Segundo os princípios desta doutrina, o Direito Interno e o Direito Internacional constituem um único sistema¹⁷, uma unidade indissociável.

¹⁴ Recomendamos a leitura dos apontamentos de *Direito Internacional Público*, do Professor Doutor França Van Dúnem, Titular da Cadeira de Direito Internacional Público, da Faculdade de Direito a Universidade Católica de Angola. Ver: FRANÇA VAN-DÚNEM, Fernando. *Noções de direito internacional público*. Luanda: Universidade Católica de Angola, 2003.

¹⁵ Para o italiano, Anzillotti, “o Direito Internacional e o Direito Interno dos Estados são dois sistemas jurídicos autónomos, iguais e separados, e por esta razão nunca se confundem” (*apud* BRITO, Wladimir. *Direito internacional público*. 2 ed., Coimbra: Coimbra Editora, 2014. p. 113).

¹⁶ RANGEL, Vicente M. Os conflictos entre o direito interno e os tratados internacionais. *Revista da Faculdade de Direito*, Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 62, n. 2, p. 81–134, 1967, p. 84–85.

¹⁷ BRITO, Wladimir. *Direito internacional público*. 2 ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2014. p. 117.





Na sua “Teoria Pura do Direito”, Hans Kelsen¹⁸ apela especialmente à ideia da unidade e integridade do ordenamento jurídico, negando a possibilidade de conceber os ordenamentos em questões diferentes (dualidade). Segundo o pensador austríaco, é necessária uma coerência epistemológica do sistema jurídico. Contudo: (i) os domínios de validade do Direito Internacional são em princípio ilimitados, enquanto o Direito nacional, concebido como o Direito de um Estado, vale somente para um território e para um período determinado; e (ii) deve-se considerar a relativa descentralização do Direito Internacional e a relativa centralização do Direito Interno.

Os defensores da corrente monista¹⁹ dividem-se em duas correntes: (i) a monista com a primazia do Direito Interno sobre o Direito Internacional; e (ii) a monista que defende a primazia do Direito Internacional sobre o Direito Interno (Estadual).

Os partidários do monismo com primazia do Direito Interno²⁰ (Wenzel, Felipe, Alberto Zorn, Decendière-Ferrandière), sustentam com a constitucionalidade das normas internas observando que as normas internacionais e sua eficácia têm fundamentos na ordem constitucional do Estado. Eis os argumentos²¹: (i) a inexistência de autoridade supraestatal permite aos Estados apreciarem livremente quais são as suas obrigações internacionais, o que os torna os únicos juízes do modo como tais obrigações devem ser cumpridas; e (ii) o fundamento puramente do Direito Constitucional determina as obrigações internacionais e se fundamentam nele.

Entretanto, os apologistas do monismo com primado do Direito Internacional (Hans Kelsen, Verdross, Duguit, Scelle, Quoc Dinh, Dailler, Pellet, Kaufmann, entre outros), fundamentam que havendo contradição entre o direito interno e o Direito Internacional, são nulas as normas internas que contrariam as do Direito Internacional²².

Esta posição parece-nos ser a postulada na Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (1969), especialmente no artigo 53, segundo o qual, é nulo um tratado que no momento de sua conclusão, conflitue com uma norma imperativa (*ius cogens*) de Direito Internacional Geral²³. Acrescenta-se também o estabelecido no artigo 38 do Estatuto do Tribunal

¹⁸ Falamos da segunda edição publicada pelo autor no ano de 1960 – KELSEN, Hans. *Reine Rechtslehre*. Zweite, vollständig neu bearbeitete und erweiterte Auflage, Nachdruck. Wien: Österreichische Staatsdruckerei, 1992.

¹⁹ Esta corrente teve origem na Alemanha e posteriormente em França, por Decendière-Ferrandière.

²⁰ Esta corrente é defendida na Alemanha e na Rússia.

²¹ BRITO, Wladimir. *Direito internacional público*. 2 ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2014. p. 117.

²² *Ibidem*, p. 118–119.

²³ UNITED NATIONS. *Convención de Viena sobre el Derecho de los Tratados*, 1980. Disponível em: <http://www.derechos.org/nizkor/ley/viena.html>. Acesso em: 4 abr. 2017.





Internacional de Justiça²⁴ que prescreve a hierarquia normativa e determina a aplicação das convenções internacionais (gerais e especiais), o costume internacional, os princípios gerais do direito, a jurisprudência, a doutrina e a equidade, para a resolução de diferendos entre os sujeitos internacionais.

Por sua vez, Hans Kelsen²⁵, o maior postulador desta corrente, sustenta que em caso de conflito haveria de se preferir a aplicação do ordenamento internacional, uma vez que a validade das normas nacionais depende do primeiro.

Nos últimos tempos têm aparecido as denominadas teorias moderadas ou coordenadas. Entre os mentores desta escola de pensamento destacam-se Walz, Truyol e Sierra, Dahm. Estes autores defendem a unidade dos dois ordenamentos, mas não a subordinação. Deste modo, se reconhecem que em todo caso o direito internacional está (ou estava) mediatizado pelo Direito Interno (Estadual), aludindo que as normas internas contrárias ao direito internacional conservariam sua vigência no seio do ordenamento jurídico sempre que não fossem contrárias à este (Direito Internacional). Na verdade, a existência de tais normas, contrárias ao Direito Internacional, daria lugar à responsabilidade internacional do Estado.

Nesta senda, Verdross, afirma que “a ordem internacional, delimita o campo de actuação da ordem jurídica interna, *rectius*, do legislador interno. Este não fica, entretanto, sujeito à uma constrição total da sua liberdade conformadora”²⁶.

Vale dizer, quando o Direito Internacional não afirmar de forma explícita a defesa de uma ou outra teoria, das normas e da jurisprudência internacional, se deduz, em princípio, uma preferência pela primazia do Direito Internacional ou, pelo menos, uma atitude reticente até a valoração do Direito Interno na esfera internacional²⁷ – como configuram as regras previstas nas Convenções de Viena sobre Direito dos Tratados (1969 e 1986).

²⁴ UNITED NATIONS. *Estatuto de la Corte Internacional de Justicia*. 1945. Disponível em: <https://www.un.org/es/about-us/un-charter/statute-of-the-international-court-of-justice>. Acesso em: 14 abr. 2020.

²⁵ Perante o direito internacional, a soberania apenas pode ser entendida como a independência jurídica frente a outros ordenamentos nacionais, contudo, jamais às normas internacionais. Percebe-se, desta maneira, que, em virtude dessa subordinação necessária do Estado ao direito internacional, incabível torna-se o argumento de que normas domésticas possam limitar o âmbito de aplicação das normas internacionais. KELSEN, Hans. *Teoria pura del derecho*. Tradução de Roberto J. Vernengo. Ciudad de México: UNAM, 1982. p. 338–341.

²⁶ FERREIRA DE ALMEIDA, Francisco António. M. L. *Direito internacional público*. 2. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2003. p. 62.

²⁷ Convenção de Viena sobre o direito do tratado (1969 e 1986) – “Artigo 46. Nulidade dos tratados:

1. A circunstância de o consentimento de um Estado a obrigar-se por um tratado ter sido expresso com a violação de um preceito do seu Direito Interno respeitante à competência para a conclusão dos tratados, não pode ser alegada por esse Estado como tendo viciado o seu consentimento, a não ser que essa violação tenha sido manifesta, e diga respeito a uma regra do seu direito interno de importância fundamental.
2. Uma violação é manifesta se é objectivamente evidente para qualquer Estado que proceda, nesse domínio, de acordo com a prática habitual e boa-fé.”





Touscoz, conclui alegando que a ordem internacional é tecida de contradições: com grande fraqueza estrutural, prevalecendo, porém, sobre os Direitos nacionais (estaduais)²⁸. Ela tem a seu cargo, segundo este autor, a função mais importante – manter a paz, a segurança e promover a justiça e o desenvolvimento.

3.1 CRÍTICAS ÀS DOUTRINAS

3.1.1 Críticas à Teoria Dualista

Tendo em atenção às consequências práticas do dualismo, os teóricos apontam as seguintes críticas: (a) no que toca à denominada diversidade das fontes, tal postulado, gera confusão entre as origens da norma e os seus fatores (Scelle), isso é, entre aquela origem e os modos como elas se manifestam; segundo Charles Rousseau, quer na ordem interna, como na internacional, o direito não é uma criação dos Estados, mas em ambos os casos, ele é o produto da vida social, o que os distingue são somente as formas ou processos de manifestação²⁹; (b) no que respeita à diversidade dos destinatários, tal diversidade não colhe, posto que na mesma ordem jurídica existem normas que têm diferentes destinatários³⁰; (c) quanto aos distintos fundamentos, tal tese cai por terra, posto que dela fica excluído o direito consuetudinário e os princípios gerais que nela não encontram explicação; (d) do ponto de vista lógico, não se concebe que duas normas contraditórias reguladoras de mesma matéria, e que regem os mesmos sujeitos, possam ser ambas válidas sem colidir com o princípio lógico da identidade³¹; (e) diz-nos, França Van-Dúnem que a jurisprudência internacional não consagra a teoria dualista da remissão com recepção – como é ilustrado no “Caso de troca de populações gregas e turcas”³²; (f) um tratado internacional pode perfeitamente revogar uma lei interna, o que seria inconcebível num sistema de direito baseado na separação radical das duas ordens jurídicas – v.g. o artigo 4º do Tratado de Latrão de 11 de fevereiro de 1929, entre a Santa Sé e a Itália, que revogou expressamente a lei italiana de garantias de 13 de maio de 1871³³.

²⁸ TOUSCOZ, Jean. *Direito Internacional*. Tradução de Nuno Canas Mendes. Sintra: Publicações Europa-América, 1993. p. 58.

²⁹ ROUSSEAU, Charles. *Principes généraux du Droit international public*. Tomo I. Paris: A. Pedone, 1944. p. 115.

³⁰ CUNHA, Joaquim da Silva; PEREIRA, M^a. Vale. *Manual de direito internacional público*. 2ª ed. Coimbra: Almedina, 2004. p. 116.

³¹ ROUSSEAU, C. *loc. cit.* p. 116.

³² FRANÇA VAN-DÚNEM, Fernando. *Noções de direito internacional público*. Luanda: Universidade Católica de Angola, 2003. p. 62–63.

³³ *Loc. cit.*





3.1.2 Crítica à Teoria Monista

A tese defendida pelos partidários desta corrente é susceptível de algumas críticas, resumindo-as nas seguintes: (a) insuficiência para explicar a vinculação do Estado pela via costumeira, dado que tais argumentos só valem para os tratados, e por isso mesmo deixam de lado uma fonte importante do Direito Internacional como é o costume; (b) são ainda insuficientes por não explicarem a razão de ser da continuação da vigência do Direito Internacional, mesmo quando se verificarem transformações no Direito Constitucional dos Estados; (c) Charles Rousseau nos diz que se o Direito Constitucional centrasse o seu fundamento no Direito Internacional deveria estar condicionado e subordinado à Constituição de cada Estado, e toda a transformação desta deveria conduzir à caducidade dos tratados³⁴; (d) o monismo acaba por suprir toda a distinção entre o direito interno e o internacional, fundindo-os num único direito, o que resulta impossível.

Por conseguinte, as duas correntes advogadas, levadas aos extremos, não são suficientes para resolver o problema, sobretudo, quando está em causa a violação grave dos Direitos Humanos ou Direitos e Liberdades Fundamentais.

Contudo, Cançado Trindade assegura neste debate, que “o ser humano é incontestavelmente, em última análise, o sujeito último do direito tanto interno como internacional”³⁵. Ele, com efeito, deveria ser o fundamento último das posturas aludidas e do universalismo do sistema internacional.

3.2 POSIÇÃO ADOPTADA

Os mais moderados (entre eles, Verdross, Walz, Truyol e Sierra) convergem na ideia de que a opção pelo dualismo ou pelo monismo não interfere de modo significativo com os resultados práticos do problema da vigência das normas internacionais no plano interno.

Existem situações em que todos os Estados devem adequar os seus ordenamentos internos às obrigações internacionais que assumem, sendo certo que, no caso de incumprimento desse dever, só excepcionalmente, e sem prejuízo do funcionamento dos mecanismos próprios

³⁴ ROUSSEAU, Charles. *Principes généraux du Droit international public*. Tomo I. Paris: A. Pedone, 1944. p. 118.

³⁵ CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. *A humanização do direito internacional*. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora DelRey, 2015. p. 16-17.





da responsabilidade internacional, a consequência jurídica de uma contradição normativa entre uma norma internacional e uma norma interna será a invalidade ou ineficácia desta última.

Os estudos recentes no Direito Internacional, Relações Internacionais e Diplomacia têm vindo a demonstrar a configuração do monismo com primado do Direito Internacional (na sua versão moderada). Segundo estes, o Direito Internacional se revela mais consentâneo com o atual estado de desenvolvimento das relações internacionais, pelas seguintes razões³⁶: (a) são cada vez maiores as normas de Direito Internacional que são válidas no plano interno independentemente da vontade dos Estados; nesta categoria fazem parte do Direito Internacional geral ou comum, constituem verdadeira reserva do Direito Internacional (H. Mosler e Azevedo Soares) – como por exemplo, o valor “paz”, e o valor da “protecção da dignidade da pessoa humana”, são de aplicabilidade direta; (b) a globalização revolucionou a atitude dos Estados, particularmente em matéria do domínio reserva dos Estados. Atualmente, o foro doméstico é obrigado a conformar-se com as diretrizes emanadas pelas Organizações Internacionais e regionais, impondo no seu campo de atuação autónoma, ou seja, o legislador interno está susceptível à regulamentação internacional³⁷ – v.g. em matéria Penal (crimes organizados, transnacional e terrorismo), ambiental, paz e segurança, Direito do Mar, biodiversidade, ecologia, economia e comércio internacional bem como mercado financeiro, entre outras. Os Estados regulamentam de acordo às diretrizes e orientações das normas internacionais, o que vale dizer, que eles aplicam diretamente as normas do Direito Internacional³⁸. Em suma: subjaz às teorias monistas da unidade fundamental do sistema jurídico, ou seja, da aplicação do princípio da conformação entre foro doméstico e foro internacional.

Observa Jean Touscoz: “é certo que se admite geralmente que o Direito Internacional tem supremacia sobre os Direitos nacionais, que lhe são hierarquicamente subordinados. Porém, a própria ordem jurídica internacional não define com precisão a hierarquia das suas

³⁶ FERREIRA DE ALMEIDA, Francisco António. M. L. *Direito Internacional Público*. 2ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2003. p. 62-64.

³⁷ Moco sustenta que um dos traços fundamentais do Direito Internacional é ser um direito de cooperação entre os Estados (...) um dos traços de aproximam o DIDH do Direito Interno é o de que o objecto deste é materialmente o mesmo do primeiro, no concernente à área dos direitos fundamentais, ou seja, protecção jurídica da pessoa humana, na medida em que se trata, num e outro caso, de normas que protegem as diversas facetas da pessoa humana (MOCO, Marcolino. *Direitos humanos e seus mecanismos de protecção*: as particularidades do sistema africano. Lisboa: Almedina, 2010. p. 59).

³⁸ ONU/UNCTAD (1964), OMC (1947), GATT (General Agreement on Tariffs and Trade) OCEDE (1961), entre outros Angola é parte.





normas”³⁹. A Carta da Nações Unidas (1945) tem prioridade sobre o Estados membros da organização, o que significaria que em matéria do Direito internacional (tratados, convenções, declaração, ou diretrizes e recomendações etc.), todos membros devem obediência (acatamento)⁴⁰.

Escreve Gonçalves Pereira, “o primado do Direito Internacional sobre o Direito Interno traduz uma condição essencial da própria existência do Direito Internacional”⁴¹. Acrescenta França Van-Dúnem⁴²:

a tendência vai se acentuando na Comunidade Internacional [...] o processo da democratização dos Estados, vai no sentido de ampliar e consolidar o núcleo de normas internacionais sobre Direitos do Homem (entenda-se Direitos Humanos) que sejam imperativas para os Estados, dentro da ideia de que só se for o próprio Direito Internacional a dar vigência na Ordem Interna dos Estados [...]

Concluimos com as palavras de Guido Soares: “os tribunais internacionais e os árbitros somente aplicarão normas dos sistemas jurídicos nacionais à medida que eles sejam integrantes do sistema normativo internacional”⁴³. O que significa que os Estados devem respeitar as normas do Direito Internacional, no quadro da coexistência e cooperação jurídica e normativa.

4 PRÁCTICA INTERNACIONAL

Na prática internacional, as soluções apontadas acima têm merecido críticas e nenhuma delas é adoptadas com exclusividade. Apesar disso, a tendência dominante vai no sentido de reconhecer a superioridade do Direito Internacional sobre o interno⁴⁴.

A título ilustrativo, ao nível das Nações Unidas, a Carta tem prioridade sobre os Estados-Membros; nos termos do artigo 1º, os objetivos da organização são “manter a paz e a segurança internacionais, [...] em conformidade com os princípios da justiça e do Direito Internacional. Realizar a cooperação internacional [...] promovendo e estimulando o respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais [...]”

³⁹ TOUSCOZ, Jean. *Direito Internacional*. Tradução de Nuno Canas Mendes. Sintra: Publicações Europa-América, 1993. p. 58.

⁴⁰ O artigo 103 da CNU, determina que em caso de conflito, entre obrigações dos membros das Nações Unidas em virtude da carta e obrigações resultantes de qualquer outro acordo internacional, prevalecerão as obrigações assumidas em virtude da Carta.

⁴¹ FRANÇA VAN-DÚNEM, Fernando. *Noções de direito internacional público*. Luanda: Universidade Católica de Angola, 2003. p. 66.

⁴² FRANÇA VAN-DÚNEM, Fernando. *Noções de direito internacional público*. Luanda: Universidade Católica de Angola, 2003. p. 68.

⁴³ RAMOS, André de Carvalho. *Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional*. 5ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2015. p. 295.

⁴⁴ BRITO, Wladimir. *Direito internacional público*. 2ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2014. p. 119.





Na verdade, estes objectivos estão vinculados com o princípio da igualdade soberana de todos os membros por um lado, e pelo princípio *pacta sunt servanda*, ou seja, cumprimento de boa-fé⁴⁵ das obrigações assumidas, da resolução pacífica das controvérsias, da assistência etc., (art. 2º). Ademais, em caso da violação permanente (persistente) dos referidos princípios o Estado é expulso das UN (art. 6º), e se lhe impõe sanções previstas nos artigos 41 e 42, tal como sucedeu com a África do Sul durante o regime do apartheid⁴⁶ e no período de ocupação da Namíbia⁴⁷.

Ainda no quadro das Nações Unidas, salienta-se ainda que os tratados internacionais sobre os Direitos do Homem⁴⁸, como é o caso da Declaração Universal dos Direitos Humanos e dos Pactos Internacionais (PIDC e PIESC) de 1966, da Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher (1979), da Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), da Convenção sobre o Crime de Apartheid (1973), dentre outras.

No âmbito da jurisprudência, merece destaque o labor do Tribunal de Justiça Europeu e do Tribunal Interamericano dos Direitos Humanos, no que respeita a proteção dos direitos fundamentais e da dignidade da pessoa humana.

Tomando exemplo do caso Nold, o Tribunal de Justiça Europeu defendeu que: “os instrumentos que dizem respeito à protecção dos direitos do homem nos quais os Estados membros cooperaram ou aos quais aderiram podem igualmente fornecer indicações que convém ter em conta no quadro do Direito Comunitário”⁴⁹.

Nesta senda, Ana Maria observa que o Tribunal vai mais longe ao afirmar que não serão admitidas na Comunidade medidas incompatíveis com o respeito dos direitos humanos

⁴⁵ Conforme dispõe o artigo 27 da Convenção de Viena sobre os Tratados de 1967 e 1986.

⁴⁶ Aprovação da Resolução nº 418 (1977), o Conselho de Segurança reconheceu a presença de uma ameaça à manutenção da paz e da segurança internacionais na conduta da África do Sul. Essa Resolução foi vinculada à Resolução nº 232 (1966), que se referia a um embargo de igual natureza imposto à Rodésia do Sul (Zimbawe) e deixava claro que questões de natureza eminentemente interna poderiam justificar a atuação do Conselho de Segurança, com esteio nos arts. 24 e 39 da Carta das Nações Unidas, sempre que se mostrassem lesivas à paz e à segurança internacional.

⁴⁷ TIJ, 21 de junho de 1971, decisão sobre as consequências legais para o estado contínuo de presença Sul-africana na Namíbia. A Pedido do Conselho de Segurança, Resolução nº 276 (1970) de 30 de Janeiro (UNITED NATIONS. *Resoluciones aprobadas y decisiones tomadas por el Consejo de Seguridad en 1970*. Disponível em: [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/276%20\(1970\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/276%20(1970)). Acesso em: 15 abr. 2020).

⁴⁸ A Resolução nº 548 (VI), de 5 de fevereiro de 1952 das UN decidiu que a expressão “*Direitos do Homem*” fosse então substituída pela expressão “*Direitos Humanos*” em todas as publicações das Nações Unidas referentes à Declaração Universal dos Direitos Humanos: UNITED NATIONS. *Resolutions adopted on reports of the Third Committee. 375th plenary meeting*. 5 February 1952. p. 37. Disponível em: <[https://undocs.org/en/A/RES/548\(VI\)](https://undocs.org/en/A/RES/548(VI))>.

⁴⁹ J. Nold, Kohlen- und Baustoffgroßhandlung v. Commission of the European Communities. UNIÃO EUROPEIA. Tribunal de Justiça. Acórdão. *Acórdão de 14 de maio de 1974, Nold, Case 4-73, ECLI:EU:C:1974:51*. Disponível em: <https://www.cvce.eu/en/obj/judgement_of_the_court_of_justice_nold_case_4_73_14_may_1974-en-a5d0ff00-7837-4f6c-b0ac-3aa8a2e71de3.html>. Acesso em: 15 abr. 2020.





reconhecidos e garantidos pelas Convenções de Direitos Humanos. A afirmação da proteção dos direitos fundamentais desloca para o quadro Comunitário dos direitos as liberdades e as garantias, bem como os direitos económicos, sociais e culturais, que, à partida, se encontravam protegidos apenas ao nível do Direito Interno. Conclui, alegando que tal proteção no seio da Comunidade não se afigura suficiente, nem pode ser equiparada à que existe ao nível do Direito Interno dos Estados membros⁵⁰.

No âmbito da jurisprudência do Tribunal Interamericano dos Direitos Humanos, veja-se o parecer nº 18, de 17 de setembro de 2003, sobre a *Condição Jurídica e os Direitos dos Migrantes Indocumentados*⁵¹. O mesmo teve como fundamento o *ius cogens*, sustentando que o dever dos Estados de respeitar e assegurar o respeito dos direitos humanos dos migrantes à luz do princípio básico da igualdade e não discriminação. E qualquer tratamento discriminatório atinente aos direitos dos migrantes gera a responsabilidade internacional dos Estados.

Com base no acima dito, concluímos que embora cada Estado seja soberano e seja o único que possa decidir o que fazer na sua jurisdição, essa ‘não pode nem deve ser uma escusa para não se incorrer em práticas’ (celebração de tratados e aceitação da normativa) que atentam aos princípios do *ius cogens*, como menciona o art. 53 da Convenção de Viena sobre os Direitos dos Tratados de 1969.

5 ORDENAMENTO JURÍDICO ANGOLANO E RECEPÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL

Em Angola a temática em análise é debatida amiúde, porque entre os juristas e professores de Direito pouco ou quase nada se fala e talvez por razões histórico-políticas⁵² o assunto não tenha merecido grande destaque a nível interno⁵³. Por outro lado, alia-se a este facto

⁵⁰ GUERRA MARTINS, Ana Maria. *Direito internacional dos direitos humanos*. Lisboa: Almedina, 2016. p. 275-279.

⁵¹ RAMOS, André de Carvalho. *Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional*. 5ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2015. p. 118-119.

⁵² Factores importantes a termos em conta: a) ao Direito Internacional tem sido reservado um espaço muito reduzido nos estudos jurídicos, em particular ao nível das licenciaturas nas distintas Faculdades de Direito, b) as questões reguladas pelo Direito Internacional continuam a ser decididas e reguladas pelos órgãos do poder político em termos que contribuem para as manter num relativo isolamento em relação aos restantes domínios do ordenamento jurídico interno, e c) a expansão das matérias que devem ser integradas no âmbito do Direito Internacional contemporâneo tem sido aceleradas nas últimas décadas. Com destaque a cooperação internacional em matéria crime transnacional, terrorismo internacional etc.

⁵³ MACHADO, Jónatas E. M.; NOGUEIRA DA COSTA, Paulo; ESTEVES, Carlos Hilário. *Direito constitucional angolano*. 3ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2014. p. 368-369.





o pouco conhecimento da Jurisprudência do Tribunal Supremo, e atualmente do Tribunal Constitucional, é um dos fatores integrantes desta situação.

Em termos gerais, parece-nos que a visão mais difundida nas distintas Faculdades de Direito em Angola aponta para a perspectiva constitucionalista, definida pelos professores Constitucionalistas Angolanos, segundo a qual a Constituição tem prevalência sobre as demais normas, ou seja, as normas constitucionais têm primazia sobre as normas internacionais.

Esta visão configura precisamente um monismo nacionalista, pese, embora, a Constituição da República faça uma integração do Direito Internacional em diversas matérias, nas quais reconhece explicitamente a prevalência das normas internacionais⁵⁴.

Os professores Raul Araújo e Elisa Rangel⁵⁵, na obra “Constituição da República de Angola Anotada” escrevem:

As normas do Direito Internacional integram o ordenamento jurídico angolano e estão hierarquicamente a seguir às normas constitucionais. As suas normas, logo após a sua aprovação ou ratificação passam a integrar o ordenamento jurídico de Angola.

A posição hierárquica das normas constitucionais, relativamente às demais normas, coloca-a sempre numa posição de supremacia, mesmo em relação às normas de Direito Internacional.

As normas de Direito Internacional, desde que aprovadas pelos órgãos constitucionalmente competentes, passam a fazer parte do ordenamento jurídico angolano, numa posição hierárquica logo a seguir às normas constitucionais e acima das normas ordinárias.

Conforme assegura-se acima, nos parece obviamente que os ilustres académicos⁵⁶ defendem a “visão constitucionalista da superioridade das normas constitucionais sobre as normas do Direito Internacional”, noutras palavras, a primazia do Direito Interno sobre o Direito Internacional. Contudo, para estes, as normas do Direito Internacional são hierarquicamente inferiores às normas constitucionais e acima das normas ordinárias.

Segundo Paulino Lukamba, o artigo 13 da CRA, “não está a dizer que as normas do Direito Internacional Geral Comum são normas supraconstitucionais, mas sim são partes

⁵⁴ Podemos citar o exemplo da cooperação judiciária internacional em matéria Penal, a Lei nº 13/15, de 19 de Junho, no seu artigo 4º epígrafe “Prevalência de tratados internacionais”. Referenciar igualmente, a Lei da Nacionalidade, Lei nº2/16, de 15 de Abril, no artigo 6º epígrafe “Tratados Internacionais”. Reconhece efectivamente a prevalência das normas internacionais, em caso de conflito.

⁵⁵ ARAÚJO, Raul C. V.; NUNES, Elisa R. *Constituição da República de Angola anotada*. Tomo I. Luanda: Gráfica Maiandouro, 2014. p. 229-230.

⁵⁶ Pese embora a recepção no direito interno das normas internacionais relativas aos direitos fundamentais, o que se verifica nos textos constitucionais, é verdade que a concepção assenta na visão nacionalista, isto é um direito constitucional centrado no Estado e na soberania (CORREIA, Adérito B. *Lições de direito constitucional (apontamentos)*. Luanda: Universidade Católica de Angola, 2011. p. 71-72).





integrantes. Quanto mais está a dizer que são normas que pertencem ao grau de normas constitucionais...”⁵⁷.

Estes autores têm como fundamentos a Constituição da República (2010), uma vez que nos termos do artigo 6º, epígrafe “Supremacia da Constituição e legalidade”, esta é a primeira fonte da qual promana toda ordem normativa – dito de outro modo, a lei suprema da República – tal como define o nº 1 do supra artigo, “a Constituição é a lei suprema da República de Angola”. E o nº 3 dispõe: “as leis, os tratados e os demais actos do Estado, dos órgãos do poder local e dos entes públicos em geral só são válidos se forem conforme à Constituição”. Por conseguinte, a questão levantada a este respeito: se a Constituição faz enumeração taxativa ou exemplificativa, fato este que os académicos constitucionalistas não respondem até o momento.

Portanto, a tendência geral da doutrina a respeito, é apologista da teoria monista nacional. Apesar de que exista aquele setor da doutrina que defende a teoria monista com primazia ao Direito Internacional.

Do nosso lado, cumpre examinarmos a questão acima à luz do Direito Internacional (ou da visão internacionalista). Assim sendo, iremos analisar ao pormenor o artigo 13 sob epígrafe “Direito Internacional”, em que legislador angolano regula a recepção do Direito Internacional na ordem jurídica angolana.; só depois refletiremos sobre o artigo 26, com epígrafe “Direitos Fundamentais”, sobre as relações entre as várias normas internas e internacionais no sistema jurídico Angolano.

No âmbito do Direito Internacional, o legislador angolano⁵⁸, regula esta matéria no artigo 13, nº 1: “O direito internacional geral ou comum, recebido nos termos da presente Constituição, faz parte integrante da ordem jurídica angolana.”

Que leitura se pode fazer desta disposição constitucional? Que sistema introduz este preceito?

⁵⁷ LUKAMBA, Paulino. *Direito internacional público*. 3ª ed. Lisboa: Almedina, 2014. p. 46.

⁵⁸ A redação tem inspiração no artigo 8º da Constituição Portuguesa cuja epígrafe “Direito Internacional”:
“1. As normas e os princípios de direito internacional geral ou comum fazem parte integrante do direito português.
2. As normas constantes de convenções internacionais regularmente ratificadas ou aprovadas vigoram na ordem interna após a sua publicação oficial e enquanto vincularem internacionalmente o Estado Português.”





Na nossa humilde leitura, e, em atenção ao estudo comparado realizado nesta matéria⁵⁹, não nos resta dúvidas que estabelece⁶⁰ o “sistema de cláusula geral de recepção plena ou automática”^{61 62} das normas e princípios do Direito Internacional comum.

Entendemos que o legislador angolano, reconhece⁶³ que o direito geral ou comum da comunidade internacional, no seu conjunto, aplicar-se-á diretamente no ordenamento jurídico angolano. Aquelas normas e princípios do Direito Internacional são incorporadas⁶⁴ na ordem jurídica Angolana sem necessidade de qualquer formalidade. Por outras palavras, as normas constantes das convenções internacionais, em vigor na ordem internacional e manifestamente ratificadas pelo Estado Angolano, têm “obrigação erga omnes” e, contudo, dever-se-ão aplicar no ordenamento jurídico.

Na esteira desta posição, está consagrada a prevalência do Direito Internacional geral em relação ao direito interno.⁶⁵

Outro aspecto importante, o direito consuetudinário – Direito comum –, as suas normas e princípios passam também a fazer parte integrante do Direito Angolano em toda a sua extensão, isto é, nos termos em que vigoram no ordenamento jurídico internacional.⁶⁶

Seguidamente, no que se refere ao Direito Convencional – tratados, convenções, protocolos – o mesmo artigo 8º, nº 2 dispõe:

⁵⁹ Neste mesmo sentido, escrevem os seguintes autores: MIRANDA, Jorge. *Direito Internacional Público*. São João do Estoril: Princípia, 2006. p. 151; BRITO, Wladimir. *Direito internacional público*. 2ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2014. p. 121; FERREIRA DE ALMEIDA, Francisco António. M. L. *Direito Internacional Público*. 2ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2003. p. 69-70; PEREIRA, André Gonçalves; QUADROS, Fausto. *Direito internacional público*. 3ª ed. Coimbra: Almedina, 2018. p. 117-123; GOMES CANOTILHO, José Joaquim; MORREIRA, Vital. *Constituição da República Portuguesa*. 3ª ed. Coimbra: Almedina, 1993.

⁶⁰ A recepção aqui deve ser entendida como incorporação, e definimo-la como o sistema através do qual as normas do Direito Internacional passam a integrar o ordenamento jurídico de um Estado, tornando-se obrigatórias por meio de uma norma jurídica interna.

⁶¹ GOUVEIA, Jorge B. *Manual de Direito Internacional*. Lisboa: Almedina, 2003. p. 320-323.

⁶² Trata de uma forma oriunda do projecto da Constituição Alemã de Weimar (1919), e corresponde a fórmula de Blackstone, “International law is part of the law of land”. Consagra contudo, a recepção Automática (GOMES CANOTILHO José Joaquim. *Direito constitucional e teoria da constituição*. Lisboa: Almedina, 2003, p. 819).

⁶³ FRANCISCO João A. A Cooperação Internacional em Matéria dos Direitos Humanos: o caso de Angola. In: DA SILVA, José M.; HOSTMAELIGEN, Njal (coord.). *Sistemas internacionais e nacionais dos direitos humanos*. Lisboa: Edições Sílabo, 2017. p. 83-103.

⁶⁴ A Incorporação compreende um conjunto de etapas que vai desde a negociação e a assinatura do documento internacional até a sua publicação no órgão de divulgação oficial estatal. Estas etapas são: a) a negociação e assinatura; b) a autorização pelo poder legislativo; c) a ratificação; d) a promulgação do texto do tratado e, e) a publicação no órgão de divulgação oficial (Diário Oficial).

⁶⁵ PEREIRA, André Gonçalves; QUADROS, Fausto. *Direito internacional público*. 3ª ed. Coimbra: Almedina, 2018. p. 117-119.

⁶⁶ BRITO, Wladimir. *Direito internacional público*. 2ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2014. p. 122.





Os tratados e acordos internacionais regularmente aprovados ou ratificados vigoram na ordem jurídica angolana após a sua publicação oficial e entrada em vigor na ordem jurídica internacional e enquanto vincularem internacionalmente o Estado angolano.⁶⁷

Ora, o legislador angolano, entende que o Direito Internacional convencional (tratados, acordos, protocolos, cartas pactos⁶⁸), uma vez aceite (aprovado, ratificado ou aderido) pelo Estado Angolano, para vigorar na ordem jurídica angolana é necessário o seguinte⁶⁹: (a) que esteja em vigor na ordem internacional; (b) que tenha sido regularmente ratificado ou aprovado; e (c) que tenha sido publicado, isto é, publicação oficial, no diário da República.

Contudo, o legislador estabelece três requisitos⁷⁰ ou condições jurídicas (*conditio iuris*) fundamentais para que a norma convencional possa vigorar na ordem jurídica angolana. Não cumpridas, tais normas não poderão produzir efeitos jurídicos internamente, não têm eficácia jurídica na ordem jurídica de Angola, ou tão somente, haverá uma lacuna jurídica neste sentido.

Outrossim, no nº 2 do artigo 13 da CRA, o legislador igualmente adotou o sistema de recepção automática, porém condicionada⁷¹, isto em atenção aos requisitos acima expostos. Por conseguinte, vale dizer que estes atos internos são para a validade dos tratados, todavia, não significa assumpção como meras normas internas, mas aceitação da vigência das normas internacionais como tais.

Deste modo, a ratificação ou aprovação regular é aquela feita conforme as normas constitucionais. Neste caso, aprovação do órgão legislativo por antonomásia, aprovação da Assembleia Nacional, nos termos da alínea k) do artigo 161 da CRA e ratificação do Presidente da República, alínea 'c)' do artigo 121 da CRA.

Nos termos do artigo 121 da CRA, competência nas relações internacionais, ao Presidente da República compete:

Assinar e ratificar, consoante os casos, depois de aprovados, os tratados, convenções, acordos e outros instrumentos internacionais.

⁶⁷ No texto constitucional falta uma norma que ao nosso entendimento determinaria expressamente a superioridade do Direito Internacional comum, tal como consagra o artigo 25 da Lei Fundamental Alemão: “... fazem parte integrantes do Direito Federal, têm primazia sobre as leis e criam directamente direito e obrigações...”. Essa omissão leva muitas vezes a interpretações distintas e posições contrastantes entre os juristas constitucionalistas e internacionalistas ou entre os acadêmicos.

⁶⁸ Artigo 2º da Convenção de Viena sobre os Tratados de 1969 e 1986, artigo 2º da Lei nº 4/11 de 14 de Janeiro, Lei sobre os Tratados Internacionais.

⁶⁹ Artigos 15 e 16 (publicação e entrada em vigor) da Lei nº 04/11 de 14 de Janeiro, Lei sobre os tratados internacionais.

⁷⁰ GOUVEIA, Jorge B. *Manual de direito internacional*. Lisboa: Almedina, 2017. p. 330–333.

⁷¹ Na doutrina portuguesa, compartilham desta perspectiva os Professores Adriano Moreira, André Gonçalves Pereira, Fausto de Quadro, Gomes Canotilho e Vital Morreira, Francisco Ferreira de Almeida, Jorge Miranda, Albino de Azevedo Soares entre outros.





Já a Assembleia Nacional, nos termos do disposto na alínea k) do artigo 161 da CRA:

Aprovar para ratificação e adesão os tratados, convenções, acordos e outros instrumentos internacionais que versem matéria da sua competência legislativa absoluta, bem como os tratados de participação de Angola em organizações internacionais...

Esta aprovação é feita em forma de resolução e não de Lei, conforme o disposto na alínea ‘f)’ do artigo 166, enquanto a aprovação do Presidente da República reveste a forma de Decreto Presidencial, nos termos do nº 3 do artigo 125 da CRA.

Em suma, a aprovação e a ratificação são condições de validade na ordem interna da norma internacional, e sem elas não seria possível a recepção no direito interno⁷². É importante que o tratado ou acordo vigorem na ordem internacional, e só vincula o Estado angolano a partir da data de início de sua vigência na ordem jurídica internacional⁷³, e cumpridas as formalidades (aprovação, ratificação e publicação). Concluimos que nossa Constituição se mostra francamente aberta ao Direito Internacional e aos valores fundamentais da sociedade internacional.

Importa acrescentar também que estes requisitos são meramente declaratórios, por outras palavras, a publicação no diário oficial das convenções e tratados internacionais é um aviso e tem carácter declaratório, desejável em nome da segurança jurídica – André Ramos chama de “a sintonia entre a validade internacional e a validade interna”⁷⁴.

Uma situação que merece destaque é precisamente qual seria o valor jurídico do Direito Internacional geral em face ao Direito Interno Angolano.

A este respeito, os ilustres professores Raul Araújo e Elisa Rangel estribam que “as normas de Direito Internacional, desde que aprovadas pelos órgãos constitucionalmente competentes, passam a fazer parte do ordenamento jurídico angolano, numa posição hierárquica logo a seguir às normas constitucionais e acima das normas ordinárias”⁷⁵.

⁷² MIRANDA, Jorge; MEDEIROS, Rui. *Constituição Portuguesa Anotada*. T. I. 2ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2010. p. 123.

⁷³ Salientar que os tratados, acordos, convenções ou protocolos, estabelecem expressamente a sua vigência, ou seja a normalmente eles vigoram na ordem internacional após sua publicação. Quer dizer, depois de todo o trabalho técnico-jurídico, as negociações dos sujeitos jurídicos ou partes, uma vez aprovado e ratificado entra em vigor.

⁷⁴ RAMOS, André de Carvalho. *Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional*. 5ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2015. p. 301.

⁷⁵ ARAÚJO, Raul C. V.; NUNES, Elisa R. *Constituição da República de Angola anotada*. Tomo I. Luanda: Gráfica Maiandouro, 2014. p. 229–230.





Na mesma linha de pensamento, para Maria Carapêto os fundamentos supra ajudam a caracterizar o Direito Internacional como infraconstitucional na ordem jurídica Angolana⁷⁶.

Por conseguinte, será que a recepção automática do Direito Internacional significaria, de per si, proclamar a superioridade de suas normas perante as normas do Direito Interno, ou então coloca em posição de inferioridade as normas internacionais?

Nesta senda, pronuncia Fausto de Quadros em três sentidos; pela própria natureza e composição do Direito Internacional, na sua essencialidade (com *ius cogens*) e seu alcance (fazer parte integrante)⁷⁷, o que só seria possível, dando prevalência à este Direito. Esse argumento distancia-se da posição tomada pelo Professor Raul Araújo e Elisa Rangel, na medida em que normas constitucionais não são superiores às normas do Direito Internacional pois tem em linha de conta a essencialidade e a natureza deste último.

Tal é caso da Constituição Alemã (Lei fundamental da República Federal da Alemanha) atual, que consagra no seu artigo 25 “Direito Internacional e Direito Federal.” As regras gerais do Direito Internacional público são partes integrantes do Direito Federal. Têm primazia sobre as leis e criam diretamente direitos e obrigações para os habitantes do território federal.

Assim sendo, parece-nos importante, apresentar como alguns Estados configuram este assunto no âmbito das suas constituições.

Começamos com a Constituição Sul-africana, no artigo 232, nº 4 dispõe: “Qualquer acordo internacional torna-se lei na República quando promulgada pela legislação nacional (...)” Já o artigo 233, quanto à aplicação do Direito Internacional, harmoniza⁷⁸:

Ao interpretar qualquer legislação, cada tribunal deve preferir qualquer interpretação razoável da legislação que seja consistente com o direito internacional sobre qualquer interpretação alternativa que seja inconsistente com o direito internacional.

Outro exemplo diferente é o da Constituição Moçambicana⁷⁹, artigo 18 epígrafe “Direito Internacional” que estabelece:

⁷⁶ CARAPÊTO, Maria J. Direito Internacional Público na Ordem Jurídica de Angola. In: GOUVEIA, Jorge B.; COUTINHO, Francisco P (Coord.). *Direito internacional público nos Direitos de Língua Portuguesa*. Lisboa: CEDIS, 2018. p. 25-44.

⁷⁷ PEREIRA, André Gonçalves; QUADROS, Fausto. *Direito internacional público*. 3ª ed. Coimbra: Almedina, 2018. p. 117-119.

⁷⁸ “Article: 233. Application of international law. When interpreting any legislation, every court must prefer any reasonable interpretation of the legislation that is consistent with international law over any alternative interpretation that is inconsistent with international law.”

⁷⁹ MOÇAMBIQUE. Constituição da República de Moçambique. 2005. Disponível em: <<http://www.cconstitucional.org.mz/Legislacao/Constituicao-da-Republica>>.





1. Os tratados e acordos internacionais validamente aprovados e ratificados, vigoram na ordem jurídica Moçambicana após sua publicação oficial e enquanto vigorarem internacionalmente o Estado de Moçambique.
2. As normas de Direito Internacional têm na ordem jurídica o mesmo valor que assumem os actos normativos infraconstitucionais emanadas da Assembleia da República e do Governo, consoante a sua respectiva forma de recepção.

Ilustra-nos também a Constituição do México de 1917⁸⁰, reformada em 2008, no seu artigo 133 estabelece⁸¹:

Está Constituição, as leis do Congresso da União que emanem dela e todos os tratados que estejam de acordo com mesma, celebrados e que se celebrem pelo Presidente da República, com aprovação do Senado, serão a Lei Suprema de toda a União.

Os exemplos referenciados, demonstram como cada Estado apresenta a solução diferente do assunto em análise, o que impõe assegurar que a prática dos Estados não é uniforme, depende em grande medida do sistema constitucional⁸² de cada Estado e da interpretação que os órgãos jurisdicionais, no caso do Tribunal Constitucional ou Tribunal Superior, têm em razão da matéria.

Ora, a doutrina em geral aponta algumas soluções, a saber⁸³: (i) valor Constitucional; (ii) valor infraconstitucional, mas supra legislativo; (iii) valor equivalente aos das leis; e (iv) valor supraconstitucional.

⁸⁰ O Tribunal Interamericana de Derechos Humanos, em novembro de 2009, emitiu a sentença condenatória do México no caso Rosendo Radilla. Essa sentença foi objeto de análise do plenário da Suprema Tribunal pela suposta falta de disposição expressa sobre o valor que teriam as sentenças do Tribunal Interamericana no sistema jurídico mexicano. O órgão judicial máximo mexicano, em sessão de 14 de julho de 2011, por unanimidade, resolveu que é possível, em uma acção de inconstitucionalidade, que o Tribunal recorra à análise de tratados internacionais, mesmo quando o demandante não os tenha invocado. No parecer da sentença do Caso Rosendo Radilla, o Plenário da Suprema Tribunal estabeleceu: a) as sentenças do Tribunal Interamericana são obrigatórias para todos os órgãos e poderes do Estado; b) todos os juízes do país estão obrigados a exercer um controle de convencionalidade; e c) os critérios interpretativos contidos na jurisprudência da CIDH são “orientadores” para o Poder Judiciário da Federação. A partir de então, não se duvidava que as normas internacionais de direitos humanos contidos em tratados dos quais o México fizesse parte pertenciam a seu sistema jurídico com uma hierarquia similar à das normas estabelecidas na Constituição (GÓMEZ-ROBLEDO VERDUZCO, Alonso. Elevación a rango constitucional de los principios de política exterior. *Boletín Mexicano de Derecho Comparado*, Ciudad de México, n. 63, p. 1156-1167, set./dez. 1988).

⁸¹ “Artículo 133°. Esta Constitución, las leyes del Congreso de la Unión que emanen de ella y todos los Tratados que estén de acuerdo con la misma, celebrados y que se celebren por el Presidente de la República, con aprobación del Senado, serán la Ley Suprema de toda la Unión. Los jueces de cada Estado se arreglarán a dicha Constitución, leyes y tratados, a pesar de las disposiciones en contrario que pueda haber en las Constituciones o leyes de los Estados.”

⁸² A verdade é que o constitucionalismo interno assenta ainda nas premissas clássicas, a soberania de cada Estado (traduzida nas relações horizontais interestaduais), a independência de cada Estado, a aplicação do direito internacional nos termos definidos pela constituição interna. Apesar disso, é definido hoje que as constituições de Cada Estado estão vinculadas a princípios internacionais, no que diz respeito à protecção da vida, à liberdade e segurança, e à autodeterminação. CORREIA, Adérito B. *Lições de direito constitucional (apontamentos)*. Luanda: Universidade Católica de Angola, 2011.

⁸³ GOMES CANOTILHO José Joaquim. *Direito constitucional e teoria da constituição*. Lisboa: Almedina, 2003. p. 820.





Paulino Lukamba, na sua obra *Direito Internacional Público*, quanto a hierarquia entre as normas do Direito Internacional e do Direito Interno, opta pela “opinião geral e mais aceite, da superioridade do Direito Internacional em relação ao Direito Interno, porquanto, este primado traduz uma condição essencial da existência do Direito Internacional”⁸⁴. Como consequência um Estado não pode valer-se das suas disposições constitucionais nas controvérsias internacionais, ou inversamente, um Estado não pode invocar em relação ao outro Estado a sua própria constituição para subtrair-se de uma obrigação internacional ou tratado em vigor⁸⁵.

Por sua vez, o Professor França Van-Dúnem afirma que nossa própria Constituição admite que, em matéria de direitos fundamentais, a lei internacional prevalece sobre as normas de direito interno. Conclui que no nosso ordenamento jurídico, o direito internacional tem primazia sobre o Direito interno⁸⁶.

Acrescentando, vale dizer que nos termos do nº 1 do artigo 34 da Lei sobre os Tratados Internacionais⁸⁷ “o Estado dever tomar medidas necessárias para que os tratados sejam respeitados e cumpridos rigorosamente, de boa-fé”. Por conseguinte, estas medidas podem ser políticas, legislativas ou governativas.

Outrossim, a aprovação ou ratificação dos tratados, inclusive na seara dos Direitos Humanos, não podem ser vistos como amesquinamento da soberania, mas sim a sua plena manifestação, porque a celebração de um tratado é justamente um dos mais importantes exercícios da soberania por parte do Estado.

Portanto, pelas razões apontadas acima, só nos resta dizer que optamos pela opinião mais aceite, de que as normas imperativas ou as normas do direito imperativo têm prevalência sobre as normas internas dos Estados. O caso de Angola não foge à regra⁸⁸. E quanto à hierarquia ou valor normativo, elas não estão abaixo das (inferiores às) normas constitucionais (subordinadas às normas internas do Estado).

⁸⁴ LUKAMBA, Paulino. *Direito internacional público*. 3ª ed. Lisboa: Almedina, 2014.

⁸⁵ *Loc. cit.*

⁸⁶ FRANÇA VAN-DÚNEM, Fernando. *Noções de direito internacional público*. Luanda: Universidade Católica de Angola, 2003. p. 68-69.

⁸⁷ Lei nº 4/11, de 14 de Janeiro, Iª Série, nº 9.

⁸⁸ FRANCISCO João A. A Cooperação Internacional em Matéria dos Direitos Humanos: o caso de Angola. In: DA SILVA, José M.; HOSTMAELIGEN, Njal (coord.). *Sistemas internacionais e nacionais dos direitos humanos*. Lisboa: Edições Sílabo, 2017. p. 93.





6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no acima exposto até ao momento, chegamos a concluir o legislador constitucional incorpora o Direito Internacional, ou seja, este Direito é parte integrante do ordenamento jurídico Angolano. Entretanto, a doutrina em geral aceita a posição monista, todavia com matriz diferente: uma constitucionalista, que dá supremacia ao direito interno, e outra internacionalista, que dá primazia ao Direito Internacional.

Da leitura do artigo 13 conjugado com o artigo 26 da Constituição da República de Angola, observamos a manifestação do sistema de recepção geral plena ou recepção automática. Porém, alguns doutrinadores entendem-na como condicionada, dados os requisitos nela constantes (a entrada em vigor na ordem internacional e a publicação oficial no País).

Alguns, por outro lado, parte da doutrina, entendem que o legislador angolano apresenta uma “solução mista ou híbrida” quanto à relação Direito Interno e Direito Internacional, tendo em atenção a matéria em causa (*ratione materiae*), conforme se pode depreender do nº 3 do artigo 3º; nº 3 do art. 6º; nº 1 do art. 11; nº 1 do art. 12; nº 3 do art. 25; art. 26; al. b) do art. 227; nº1 do art. 228; art. 229; e al. a) do artigo 236.

Importa dizer que o Direito Internacional Geral ou Comum é, essencialmente, Direito Imperativo (*ius cogens*) e, como tal, não admite revogação por parte do Estado. Ou seja, o Estado não pode invocar o direito interno para justificar a não execução e não cumprimento de um tratado (nos termos do consagrado nos artigos 27, 46 e 53 da CVDT de 1969 e 1986). Ademais, o artigo 103 da CNU determina que em caso de conflito entre obrigações dos membros das Nações Unidas em virtude da carta e obrigações resultantes de qualquer outro acordo internacional, prevalecerão as obrigações assumidas em virtude da Carta.

Parece-nos que no caso de Angola vê-se objetivamente que o legislador constituinte dá prevalência do Direito Internacional, e, por conseguinte, os órgãos que intervêm na Administração da Justiça (Juiz, Procurador, Advogado e o cidadão), devem invocar-lhe (nº3 do artigo 26 da CRA). Outro fato também, o legislador concede prevalência mesmo no que se refere na revisão constitucional (al. a), e) do art. 236 CRA). Contudo, no caso da fiscalização da constitucionalidade deve ser harmonizada com a interpretação do artigo 13 e 26 da CRA.

Contudo, é valido lembrar que a legislação nacional de qualquer Estado está sujeita (entenda-se respeita) as normas do Direito Internacional, quer traduzam em convenções, pactos, protocolos e acordos internacionais. Porquanto, espelha o respeito pelos compromissos e obrigações assumidos pelos Estados no âmbito da Sociedade Internacional.





Em todo caso, somos de opinião que o desafio está lançado para os académicos, investigadores e juristas, esperamos também que os órgãos competentes em razão da matéria (no caso, o Tribunal Constitucional) apontem soluções possíveis para este assunto, de tão magna importância para o nosso sistema jurídico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Raul C. V.; NUNES, Elisa R. *Constituição da República de Angola anotada*. Tomo I. Luanda: Gráfica Maiandouro, 2014.

BRITO, Wladimir. *Direito internacional público*. 2ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2014.

CAETANO, Marcello. *Curso de ciência política e direito constitucional*. 3. ed. v. I. Coimbra: Coimbra Editora, 1959.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. *A humanização do direito internacional*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora DelRey, 2015.

CARAPÊTO, Maria J. Direito Internacional Público na Ordem Jurídica de Angola. In: GOUVEIA, Jorge B.; COUTINHO, Francisco P. (Coord.). *Direito internacional público nos Direitos de Língua Portuguesa*. Lisboa: CEDIS, 2018. p. 25-44.

CORREIA, Adérito B. *Lições de direito constitucional (apontamentos)*. Luanda: Universidade Católica de Angola, 2011.

CUNHA, Joaquim da Silva; PEREIRA, Mª. Vale. *Manual de direito internacional público*. 2ª ed. Coimbra: Almedina, 2004.

FERREIRA DE ALMEIDA, Francisco António. M. L. *Direito internacional público*. 2ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2003.

FRANÇA VAN-DÚNEM, Fernando. *Noções de direito internacional público*. Luanda: Universidade Católica de Angola, 2003.

FRANCISCO João A. A Cooperação Internacional em Matéria dos Direitos Humanos: o caso de Angola. In: DA SILVA, José M.; HOSTMAELIGEN, Njal (coord.). *Sistemas internacionais e nacionais dos direitos humanos*. Lisboa: Edições Sílabo, 2017. p. 83-103.

GOMES CANOTILHO José Joaquim. *Direito constitucional e teoria da constituição*. Lisboa: Almedina, 2003.

GOMES CANOTILHO, José Joaquim; MORREIRA, Vital. *Constituição da República Portuguesa*. 3ª ed. Coimbra: Almedina, 1993.

GÓMEZ-ROBLEDO VERDUZCO, Alonso. Elevación a rango constitucional de los principios de política exterior. *Boletín Mexicano de Derecho Comparado*, Ciudad de México, n. 63, p. 1156-1167, set./dez. 1988.





GOUVEIA, Jorge B. *Manual de direito internacional*. Lisboa: Almedina, 2017.

GOUVEIA, Jorge Bacelar; COUTINHO, Francisco Pereira (coord.) *Direito internacional público nos direitos de língua portuguesa*. Lisboa: CEDIS, 2018.

GUERRA MARTINS, Ana Maria. *Direito internacional dos direitos humanos*. Lisboa: Almedina, 2016.

KELSEN, Hans. *Reine Rechtslehre*. Zweite, vollständig neu bearbeitete und erweiterte Auflage, Nachdruck. Wien: Österreichische Staatsdruckerei, 1992.

KELSEN, Hans. *Teoria pura del derecho*. Tradução de Roberto J. Vernengo. Ciudad de México: UNAM, 1982.

LUKAMBA, Paulino. *Direito internacional público*. 3ª ed. Lisboa: Almedina, 2014.

MACHADO, Jónatas E. M.; NOGUEIRA DA COSTA, Paulo; ESTEVES, Carlos Hilário. *Direito constitucional angolano*. 3ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2014.

MIRANDA, Jorge; MEDEIROS, Rui. *Constituição Portuguesa Anotada*. T. I. 2ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2010.

MOÇAMBIQUE. Constituição da República de Moçambique. 2005. Disponível em: <<http://www.cconstitucional.org.mz/Legislacao/Constituicao-da-Republica>>.

MOCO, Marcolino. *Direitos humanos e seus mecanismos de protecção*: as particularidades do sistema africano. Lisboa: Almedina, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança. *Resolução nº 827, de 25 de Maio de 1993*.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança. *Resolução nº 935, de Julho de 1994*.

PEREIRA, André Gonçalves; QUADROS, Fausto. *Direito internacional público*. 3ª ed. Coimbra: Almedina, 2018.

RAMOS, André de Carvalho. *Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional*. 5ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2015.

RANGEL, Vicente M. Os conflictos entre o direito interno e os tratados internacionais. *Revista da Faculdade de Direito*, Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 62, n. 2, p. 81–134, 1967.

ROUSSEAU, Charles. *Principes généraux du Droit international public*. Tomo I. Paris: A. Pedone, 1944.

SOCIÉTÉ DES NATIONS. *Pacte de la Société des Nations*. Fevereiro, 1920. Disponível em: <<https://www.ungeneva.org/en/covenant-lon>>.





TOUSCOZ, Jean. *Direito Internacional*. Tradução de Nuno Canas Mendes. Sintra: Publicações Europa-América, 1993.

TRIBUNAL AFRICANO DOS DIREITOS DO HOMEM E DOS POVOS. *Bem-vindo ao Tribunal Africano*. Disponível em: <http://pt.african-court.org/index.php/12-homepage1/1-welcome-to-the-african-court>. Acesso em: 29 abr. 2020.

TRIBUNAL AFRICANO DOS DIREITOS DO HOMEM E DOS POVOS. Protocolo relativo à Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos sobre a criação de um Tribunal Africano dos Direitos do Homem e dos Povos. 1998. Disponível em: <https://www.african-court.org/wpafc/documentos-basicos/?lang=pt-pt>.

UNIÃO EUROPEIA. Tribunal de Justiça. Acórdão. *Acórdão de 14 de maio de 1974, Nold, Case 4-73, ECLI:EU:C:1974:51*. Disponível em: https://www.cvce.eu/en/obj/judgement_of_the_court_of_justice_nold_case_4_73_14_may_1974-en-a5d0ff00-7837-4f6c-b0ac-3aa8a2e71de3.html. Acesso em: 15 abr. 2020.

UNITED NATIONS. *Convención de Viena sobre el Derecho de los Tratados*. 1980. Disponível em: <http://www.derechos.org/nizkor/ley/viena.html>. Acesso em: 4 abr. 2017.

UNITED NATIONS. *Estatuto de la Corte Internacional de Justicia*. 1945. Disponível em: <https://www.un.org/es/about-us/un-charter/statute-of-the-international-court-of-justice>. Acesso em: 14 abr. 2020.

UNITED NATIONS. United Nations Security Council. *Resoluciones aprobadas y decisiones tomadas por el Consejo de Seguridad en 1970*. Disponível em: <https://undocs.org/es/S/RES/276%20%281970%29>. Acesso em: 15 abr. 2020.

UNITED NATIONS. *Resolutions adopted on reports of the Third Committee*. 375th plenary meeting. 5 February 1952. Disponível em: [https://undocs.org/en/A/RES/548\(VI\)](https://undocs.org/en/A/RES/548(VI)).

VERHOEVEN, Joe. *Droit international public*. Bruxelles: Larcier, 2000.

DADOS DA PUBLICAÇÃO

Categoria: artigo de autor convidado.

Recebido em: 21/10/2021.

Aceito em: 11/12/2021.

